

Situação: O preprint não foi submetido para publicação

Jornalismo como forma de conhecimento: a questão da divergência dos dados de tendência da covid-19 divulgados pelo consórcio de imprensa e pela SESAP-RN

Angelo Roncalli, Juciano de Souza Lacerda

DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1141

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- O autor submissor declara que todos os autores responsáveis pela elaboração do manuscrito concordam com este depósito.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa estão descritas no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints.
- Os autores declaram que no caso deste manuscrito ter sido submetido previamente a um periódico e estando o mesmo em avaliação receberam consentimento do periódico para realizar o depósito no servidor SciELO Preprints.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores estão incluídas no manuscrito.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que caso o manuscrito venha a ser postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo estará disponível sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- Caso o manuscrito esteja em processo de revisão e publicação por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.

Submetido em (AAAA-MM-DD): 2020-08-24

Postado em (AAAA-MM-DD): 2020-08-31

Jornalismo como forma de conhecimento: a questão da divergência dos dados de tendência da covid-19 divulgados pelo consórcio de imprensa e pela SESAP-RN

*Angelo Giuseppe Roncalli*¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5311-697X>

*Juciano de Sousa Lacerda*²

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0876-377X>

Resumo:

Este artigo pretende analisar a controvérsia provocada pela divergência entre os dados publicados pelo consórcio de veículos de comunicação (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL) e pela Secretaria do Estado da Saúde do Rio Grande do Norte em relação aos casos e óbitos da covid-19. O estudo de caso se fundamenta na abordagem do jornalismo como acontecimento e forma de conhecimento, em sua ação na agenda pública como ator central na sociedade midiaticizada. Os resultados buscam demonstrar que a maneira como o consórcio trata os dados está equivocada, com implicações importantes para o modo como a pandemia está sendo enfrentada no Brasil.

Palavras-chave: Jornalismo. Agenda pública. Estudo de caso. Pandemia. Covid-19.

Abstract:

This article aims to analyze the controversy caused by the divergence between the data published by the media consortium (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha and UOL) and by the Rio Grande do Norte State Health Secretariat in relation to the cases and deaths of covid-19. The case study is based on the approach of journalism as an event and form of knowledge, in its action on the public agenda as a central actor in a mediatized society. The results demonstrate that the way the consortium has analyzed the covid-19 data is wrong, which has important implications on the way the pandemic is being faced in Brazil.

Keywords: Journalism. Public agenda. Case study. Pandemic. Covid-19

¹ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Odontologia Social pela Unesp-Araçatuba. Pós-doutorado pela University College London (UCL). Membro do Grupo Consultivo de Especialistas para a covid-19 da SESAP-RN. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFRN. E-mail: roncalli@terra.com.br.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Pós-doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona. Membro do Grupo Consultivo de Especialistas para a covid-19 da SESAP-RN. Coordenador do Grupo de Pesquisa Pragma/CNPq. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFRN. Pesquisador do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da UFRN. E-mail: juciano.lacerda@gmail.com

Resumen

Este artículo pretende analizar la polémica provocada por la divergencia entre los datos publicados por el consorcio mediático (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha y UOL) y por la Secretaría de Salud del Rio Grande del Norte sobre los casos y muertes de la Covid-19. El estudio de caso se basa en el enfoque del periodismo como acontecimiento y forma de conocimiento, en su acción en la agenda pública como actor central en la sociedad mediatizada. Los resultados buscan demostrar que la forma en que el consorcio trata los datos es equivocada, con importantes implicaciones para la forma en que se enfrenta la pandemia en Brasil.

Palabras clave: Periodismo. Agenda pública. Estudio de caso. Pandemia. Covid-19.

Introdução

Durante a primeira semana de agosto de 2020 a imprensa brasileira, particularmente os telejornais da Rede Globo, divulgaram que o Rio Grande do Norte havia apresentado um incremento na tendência de óbitos, nas duas últimas semanas, superior a 15% o que, segundo o parâmetro estabelecido, indicava um aumento. O Consórcio de Veículos de Comunicação construiu um quadro em que os números de casos e óbitos da covid-19 são representados na forma de três cores, segundo um cálculo da “média móvel” (média de casos ou de mortes dos últimos 7 dias), calculando a “variação” (mudança da média móvel nos últimos 14 dias), para estabelecer os seguintes padrões: vermelho para *alta*, amarelo para *estabilidade* e azul para *baixa* dos índices. E estabelecem uma margem de 15% para cima e para baixo para determinar a estabilidade. Ou seja, se o número de registros de um determinado dia ultrapassar 15% da média dos últimos 14 dias (duas semanas) o Estado seria representado com a cor vermelha. Se a margem de aumento ou queda dos índices permanecer abaixo de 15%, se caracterizaria a estabilidade. Se os índices de casos e óbitos tiverem uma baixa acima de 15%, tomando como referência a média dos últimos 14 dias, o estado passa a ser representado no mapa com a cor azul.

No mapa que ilustrava a matéria da reportagem da TV Globo, o estado do Rio Grande do Norte apareceu pela primeira vez com a cor vermelha depois de semanas seguidas na cor azul, o que gerou uma série de reações. A Secretaria do Estado da Saúde do Rio Grande do Norte (SESAP-RN) informou em entrevista coletiva que realiza diariamente que os dados compilados pelo consórcio formados pelos órgãos de imprensa estavam equivocados, pois utilizavam a data de notificação, enquanto que o correto seria utilizar a data de ocorrência (no caso, ocorrência do óbito). Mas o que isso significa na prática e quem de fato está certo? O presente artigo pretende analisar esta controvérsia a partir da discussão do jornalismo como

acontecimento e forma de conhecimento (RODRIGUES, 1999; MEDITSCH, 1997; PARK, 2002), do poder de agendamento da opinião pública pela mídia contemporânea em tensionamento com a agenda construída pelos governos (McCOMBS, 2009) e do lugar vicário que ocupava o jornalismo na modernidade e sua passagem como ator central e autoreferente da informação noticiosa na sociedade midiaticizada (SCHUDSON, 1999; VERÓN, 2004; SODRÉ, 2007).

O jornalismo em tempos da covid-19

Nos últimos anos, os grupos jornalísticos de mídia (pessoa jurídica) vinham perdendo a confiança dos consumidores de informação, enquanto que a confiança em jornalistas (pessoa física) seguia aumentando. Esse paradoxo foi apresentado por Mick (2019) com base em uma revisão ampla de estudos sobre a confiança da cobertura jornalística internacional e a partir de um *survey* sobre jornalismo local em Santa Catarina. Com a pandemia do novo coronavírus e a primeira morte por covid-19 notificada no Brasil³, os principais veículos de comunicação brasileiros decidiram ampliar os horários dedicados ao telejornalismo e suspender programas que provocavam maior aglomeração de pessoas para sua produção (programas de auditório, novelas e séries dentre outros).

Um bom exemplo é o caso da Rede Globo, que em 15 de março de 2020 decidiu ampliar em 30 minutos o *Bom Dia* de cada região e também o *Bom Dia Brasil*. Com isso, os programas regionais passaram a ter 2h e o nacional 2h de duração. O *Jornal Hoje* também foi estendido até 15h. A ampliação de horários também alcançou os programas jornalísticos via rádio e por TV a cabo.⁴ O resultado desse movimento foi uma maior atenção da população sobre o crescimento dos casos e óbitos por covid-19, além da cobertura intensa sobre os primeiros registros de falta de leitos de UTI em vários estados do Brasil. Essa intensidade da cobertura jornalística também teve o efeito de revigorar o jornalismo mais investigativo, apoiado em dados científicos, em contraponto a decisões na alçada federal de governo em que havia um evidente tensionamento entre as decisões tomadas pelo Ministério da Saúde e o comportamento público do presidente da República. Essa crise levou à queda de dois ministros da saúde durante a pandemia, sendo que de maio até a metade de agosto de 2020 o país estava ainda sofrendo com a pandemia sob a coordenação de um ministro da saúde interino, militar, que não tem

³ Conferir em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/17/sp-tem-primeira-morte-por-coronavirus-confirmada.htm> acesso em 14 ago. 20.

⁴ Conferir em <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/por-coronavirus-globo-aumenta-duracao-de-telejornais-e-suspende-mais-voce-34531> acesso em 14 ago. 20.

formação na área da saúde.⁵ Ainda no primeiro mês da cobertura jornalística sobre a covid-19 no Brasil, a imprensa já colhia os frutos dessa nova relação com a sociedade, que passava a buscar mais avidamente as informações na mídia institucionalizada em detrimento a blogs e redes sociais. O jornal *O Globo* chegou a atingir um pico histórico de audiência com 235 milhões de acessos e 71 milhões de visitantes apenas em março.⁶

Com o jornalismo em ascensão pela renovação da crença da população em suas informações, correspondendo a altos índices de audiência tanto na internet como na TV, ampliou-se a tensão com as instâncias do governo Bolsonaro em função da transparência sobre os dados fornecidos diariamente pelo Ministério da Saúde em relação número de casos e óbitos por covid-19. Irritado com a cobertura jornalística que evidenciava a má condução pelo governo federal e após dois dias de dados recordes de mortos pelo novo coronavírus, em 05 de junho o presidente da república decidiu modificar a forma de anúncio dos números diários da covid-19.⁷ O ministério da saúde passou a publicizar somente os números diários de casos e óbitos sem apresentar o total acumulado até a data. Também passou a divulgar os dados cada vez mais tarde, até aquele momento a publicação dos dados havia passado das 19h para depois das 20h, culminando no dia 05 a publicização às 22h. Essa atitude do governo federal foi criticada pela imprensa brasileira e internacional.⁸

Com divulgações em atraso e omitindo os dados totais da covid-19 por parte do Governo Federal, as principais empresas de comunicação do Brasil resolveram criar um consórcio para, de maneira cooperativa, fazer o levantamento dos dados diretamente com as secretarias estaduais de saúde. “Jornalistas de *GI*, *O Globo*, *Extra*, *Estadão*, *Folha* e *UOL* vão coletar nas secretarias de Saúde, e divulgar em conjunto, números sobre mortes e contaminados, em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde” informa reportagem do *GI* (Grupo Globo) no dia 08 de agosto de 2020.⁹ A partir daí, o consórcio de veículos de comunicação, com destaque para o *Jornal Nacional* da Rede Globo, passou a dar seu próprio boletim diário com

⁵ Conferir em <https://ultimosegundo.ig.com.br/2020-08-09/a-culpa-e-sua-bolsonaro-diz-faixa-em-frente-ao-planalto.html> acesso em 14 ago. 20.

⁶ Conferir em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/jornalismo-profissional-ganha-forca-na-pandemia-de-coronavirus-24337628> acesso em 14 ago. 20.

⁷ Conferir em <https://www.dw.com/pt-br/governo-deixa-de-divulgar-total-de-mortos-e-casos-de-covid-19/a-53709956> acesso em 14 ago. 20.

⁸ Conferir em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/apos-deixar-de-divulgar-dados-de-covid-19-governo-brasileiro-vira-alvo-de-criticas-em-todo-o-mundo.shtml> acesso em 14 ago. 20.

⁹ Conferir em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml> acesso em 14 ago. 20.

número de casos, de óbitos e casos totais do Brasil, em detrimento do atraso com que viria a ser anunciado oficialmente pelo ministério da saúde.

Jornalismo e representação social da realidade

Um aspecto a que se pode relacionar o sucesso da cobertura jornalística durante a pandemia do novo coronavírus tem a ver com a própria natureza dupla do discurso jornalístico: dar visibilidade a um acontecimento e ser, ele próprio, um acontecimento. “O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autônomo das restantes experiências do mundo” (RODRIGUES, 1999, p. 29). A própria concepção do acontecimento como algo que rompe a ordem ou o sentido da racionalidade dá à notícia uma característica *sui generis* em que o nascimento ou a morte, acidentes-limite que irrompem sem uma explicação causal, são também matéria prima para o jornalismo (RODRIGUES, 1999). As mortes por covid-19 são um acidente-limite noticiado como acontecimento jornalístico “que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições” (RODRIGUES, 1999, p. 29). Desta forma, temos não só o acontecimento-limite das milhares de mortes pelo coronavírus, como temos também os novos acontecimentos. O fato de ser o jornalismo um dispositivo de fazer visível para a sociedade em escala nacional essas mortes gera um novo acontecimento: a atitude do presidente da república em querer dificultar essa visibilidade. Decorre também desse segundo acontecimento da atitude presidencial um terceiro acontecimento no qual o jornalismo deixa o lugar vicário, de dar voz aos fatos, e passa ele mesmo a ser o fato jornalístico: a criação do consórcio de imprensa passa ser um acontecimento que ganha visibilidade pelo mesmo dispositivo que o produziu.

É nesse aparente imbróglio que volta à tona outros discursos que tratam sobre a objetividade do jornalismo ou sobre o grau de realidade ou de verdade da notícia ou dos acontecimentos jornalísticos. É nessa linha de ação que se apoia o presidente Bolsonaro quando gera fatos, depois os desmente para, em seguida dizer, que a primeira versão que ele negara havia sido uma fabricação da mídia jornalística. Não é à toa que o que mais se tem falado atualmente é do oxímoro “*fake news*” ou “notícias falsas” em português. Para pesquisadores do jornalismo, juntar notícia ao adjetivo falso na mesma construção é um desserviço à ao papel social do jornalismo, pois coloca em xeque a própria instituição jornalística a quem é atribuído o reconhecimento social de ser um *sistema perito* (GIDDENS, 1991), na lógica da confiança, cujo papel é tratar de divulgar os fatos ocorridos na sociedade e, portanto, se ocorreram não

seriam falsos. Essa é uma longa e controversa discussão, já desenvolvida por diversos autores (ALSINA, 1989; KATZ, 1999; TUCHMAN, 2002; BARROS FILHO, 2003; HENRIQUES, 2018) que não será possível recuperar neste artigo. Contudo, é válido destacar que o que leva a essa desconfiança sobre o acontecimento jornalístico, ou seja, a notícia, é o aspecto de sua compreensão como

um produto real (por isso pode ser lida ou ouvida) que faz referência a algo exterior a ela (por isso é um símbolo). O texto jornalístico, como qualquer texto de literatura, é um “referente”. Assim, todo texto informativo “se refere” a um fato sem ser o próprio fato, daí sua dimensão ficcional. [...] Daí a independência possível entre o produto jornalístico e o fato que lhe deu origem (BARROS FILHO, 2003, p. 51).

Essa independência possível entre a notícia (produto jornalístico) e o fato que lhe originou é o intervalo capaz de caber tantas interpretações ou possibilidades de inferências de sentido sobre aquela realidade representada na forma de discurso jornalístico, que abre a possibilidade de se duvidar da veracidade da notícia, de se acreditar em sua veracidade ou de associar sua existência a fatos terceiros como estratégia para gerar as tais “*fake news*”. Ter consciência de que o fato jornalístico é uma representação possível de um fato – e não o próprio fato em si – é saudável do ponto de vista da compreensão da realidade e para a produção de conhecimento válido. Pois confundir a notícia, que é uma forma de representação social da realidade (ALSINA, 1989), com a realidade em si mesma é um problema epistemológico e, por que não dizer, psicológico. Quando comparamos, de forma sensata, o discurso jornalístico a outros discursos produzidos pela sociedade como o discurso religioso, o discurso jurídico ou o discurso científico podemos entender melhor seu papel na sociedade. Por exemplo, podemos compreender que o discurso científico também não se confunde com o fenômeno que é objeto da análise, mas se trata de uma construção feita com método e rigor científico sobre um determinado fenômeno físico ou social (BACHELARD, 2006). Nessa perspectiva, podemos pensar também o jornalismo como uma forma de conhecimento possível numa abordagem apresentada por Meditsch (1997, p.3) segundo a qual “o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar”.

Para compreender a notícia como uma forma de conhecimento é preciso também ter claro que “o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (MEDITSCH, 1997, p. 3). Desta forma, as notícias sobre a covid-19 relacionadas tanto à prevenção como sobre formas de

contágio ou sobre a inexistência, atualmente, de alguma forma de tratamento ou cura, vão sempre ser construídas com base em outros conhecimentos produzidos, principalmente, pelo campo das ciências da saúde ou a instituições de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Brasil, ou a organizações internacionalmente legitimadas como a Organização Mundial de Saúde (OMS). Outro aspecto importante sobre a notícia como forma de conhecimento é a sua qualidade transitória e efêmera que, segundo Park (2002), é a sua essência, capaz de produzir um “presente ilusório”:

o que se pretende aqui significar por “presente ilusório” é sugerido pelo fato de as notícias, como os editores da imprensa comercial bem sabem, serem um bem extremamente perecível. As notícias mantêm esse estatuto apenas até chegarem às pessoas para quem têm “interesse noticioso”. Uma vez publicadas e o seu significado reconhecido, as notícias passam à história (PARK, 2002, p. 40).

Sendo um bem efêmero e extremamente perecível, cuja duração geralmente não ultrapassa 24 horas, é preciso a cada ciclo identificar fatos novos ou novos dados que possam produzir novas notícias. Atualmente, com a redes de comunicação interconectadas mundialmente e com a grande potência de transmissão de dados (imagens, vídeos, áudios) esses ciclos se renovam em questão de horas. Mesmo efêmera, a notícia ganha potência social pela capacidade dos meios de informação jornalística produzirem um efeito que McCombs (2009) denominou de “*agenda setting*”, na medida em que, dia após dia, aquele tema específico da notícia sobre a covid-19 não sai da agenda midiática: novos casos, novos óbitos, problemas sobre falta de UTI ou de leitos clínicos e a corrida por uma vacina. “A principal afirmativa da Teoria da Agenda é que os temas enfatizados nas notícias acabam considerados ao longo do tempo como importantes pelo público. Em outras palavras, a agenda da mídia estabelece a agenda pública” (McCOMBS, 2009, p. 22). Desta forma, embora os meios de comunicação não tenham o poder de dizer o que as pessoas devem pensar, conseguem ofertar uma agenda sobre a qual as pessoas devem pensar.

Com esse poder de afetar ao longo do tempo a agenda pública por manter o tema vivo diariamente em sua agenda de produção noticiosa, o consórcio dos principais veículos de comunicação do país reconstruiu suas bases da confiança com os diversos públicos da sociedade ao buscar estratégias para produzir informações jornalísticas independentes do que era ofertado pelas fontes oficiais do governo federal. Enquanto isso, o governo Bolsonaro buscava em contraofensiva emplacar a sua agenda oficial sobre uso de terapias e medicamentos sem comprovação científica ou apresentando temas polêmicos, através das redes sociais e da repercussão proporcionada por seus apoiadores bolsonaristas e redes coordenadas de perfis

robôs.¹⁰ Nesse contexto, vemos claramente que a guerra de narrativas evidencia, tanto da parte do consórcio dos veículos de comunicação como da parte da reação produzida pelo Governo Bolsonaro em suas redes sociais digitais, que o jornalismo e a informação noticiosa ocupam na vida contemporânea um lugar principal, pois vivemos em uma sociedade midiaticizada. Para Sodré (2007) uma característica dessa sociedade midiaticizada é justamente o funcionamento articulado de tradicionais instituições sociais como a saúde, a política com a própria mídia. De forma reversa podemos afirmar como da midiaticização a inversão de papéis quando os meios de comunicação decidem assumir o papel de fazer a coleta dos dados de casos e óbitos da covid-19 direto com as bases de dados das secretarias estaduais de saúde, exercendo o papel que seria do ministério da saúde. Com a sociedade midiaticizada, esboroam-se os papéis sociais estabelecidos na sociedade industrial no qual a educação, a saúde, a política e os meios de imprensa tinham papéis bem definidos (VERÓN, 2004).

Nessa guerra de narrativas, de potencial nacional, as secretarias de saúde dos estados fornecem munição (dados) para ambas narrativas: do consórcio de mídia e do governo federal, mas não conseguem emplacar nacionalmente a sua versão ou interpretação dos fatos. Desta forma, o exercício apresentado aqui sobre a forma de cálculo dos índices de casos e óbitos diários da covid-19 se apresentam necessários uma vez que se reconhece o jornalismo como uma forma de conhecimento necessária para as sociedades democráticas. Contudo, é preciso também ter claro que “o poder da mídia está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (SCHUDSON, 1999, p. 279). Assim, vemos essas “formas” quando o Consórcio de Veículos de Comunicação formata um quadro com um mapa nacional em que os números de casos e óbitos da covid-19 são representados na forma de cores. Quando explica para a sociedade que desenvolveu um cálculo de “Média móvel” segundo dados estatísticos aplicados à área econômica e “já bastante conhecidos”. E constroem uma narrativa imagética e didática em que estabelecem uma margem de 15% para cima e para baixo para determinar a estabilidade, tomando como base sempre que tal margem é reconhecida por especialistas em epidemiologia, temos os elementos que representam esse poder de construir o enquadramento em que as notícias se tornam verdadeiras.

¹⁰ Conferir em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/08/06/redes-sociais-bolsonaristas-estrategia.htm> acesso em 14 ago. 20.

Como forma de conhecimento, essa construção midiática noticiosa sobre os índices da covid-19 no Brasil e em cada estado em particular tem o poder de ir além de ser um tema para ser discutido pelos diferentes públicos que incorporam a agenda midiática como agenda pública: pode se tornar uma premissa, que se torna base para qualquer conversa ou tomada de decisão.

As notícias num jornal ou na televisão têm uma relação com o “mundo real”, não só no conteúdo, mas na forma; isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfiguradas, deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer possível conversa (SCHUDSON, 1999, p. 279).

O papel da ciência, seja no campo da comunicação ou no campo da saúde, é também produzir conhecimento e questões válidas na interface. Partindo da compreensão de que a narrativa do Consórcio dos Veículos de Comunicação foi importante e necessária diante da falta de transparência das ações do governo federal, é preciso também reconhecer que tal forma de enunciar os casos e óbitos da covid-19 tem suas limitações e não pode simplesmente ser assumida como premissa para as ações de enfrentamento da pandemia. Desta forma, chama a atenção que alguns estados, diariamente, vão saltando de representação em representação das cores vermelho, amarelo e azul, sem uma abordagem de maior profundidade. A convenção narrativa (SCHUDSON, 1999) com a qual os dados são interpretados e enunciados pode acabar se tornando verdade inquestionável, que não possibilitará um melhor planejamento e tomada de decisão dos governos estaduais diante da pressão da opinião pública. Quando a Secretaria do Estado da Saúde do Rio Grande do Norte (SESAP-RN) usa da estratégia da entrevista coletiva para questionar os dados compilados pelo consórcio imprensa, por identificar havia um equívoco em utilizar a data de notificação, quando o correto na visão da SESAP-RN seria utilizar a data de ocorrência (no caso, ocorrência do óbito), essa narrativa não tem poder de alcance nacional. Diante desse fato da divergência entre dados do consórcio e da SESAP-RN, que também poderia estar ocorrendo em outras secretarias estaduais de saúde, o que esse tipo de construção e representação dos dados sobre a covid-19 significa na prática e quem de fato estaria certo? Ao questionar o conhecimento produzido pelo jornalismo, o fazemos paradoxalmente pelo exercício epistemológico da dúvida diante da crença da importância do jornalismo para as sociedades democráticas. Enquanto a crença nos conforta, a dúvida nos irrita e nos consome, mas é capaz de produzir algo novo sobre o conhecido (PEIRCE, 1877).

Para contribuir para esse debate, tendo em vista aperfeiçoar as bases da produção jornalística em função da qualificação da informação que chega até a sociedade, decidimos pelo estudo do caso específico da divergência entre os dados publicados pelo consórcio de veículos de comunicação (*GI, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL*) e pela SESAP-RN em relação aos casos e Óbidos da Covid-19. “Os estudos de caso são geralmente realizados com demasiada flexibilidade, embora tenham uma lógica específica: tomar o distinto ou o único, o que nos permite dizer algo mais que transcenda o único” (OROZCO-GOMÉZ; GONZÁLEZ-REYES, 2012, p. 155, tradução nossa).¹¹ Nessa perspectiva, usaremos da flexibilidade para estabelecer uma interface entre o jornalismo e os campos da Epidemiologia e da Saúde Coletiva, a partir da compreensão do fluxo da informação da vigilância epidemiológica. Do caso específico do confronto com os dados da vigilância epidemiológica do Rio Grande do Norte, poderemos ofertar condições para que outros pesquisadores possam abordar o mesmo problema em outros estados da federação, cujos dados são diariamente apresentados nos mapas da cobertura jornalística nacional sobre a covid-19 produzida pelo consórcio de veículos de comunicação.

Entendendo a divergência

Para entendermos por que esta divergência ocorre é preciso, inicialmente, entender como se dá o fluxo da informação da vigilância epidemiológica e sua relação com o desenvolvimento da doença. A Figura a seguir mostra de forma simplificada como ocorre o ciclo da covid-19 que, vale dizer, é muito similar à maioria das doenças infectocontagiosas.

Como podemos ver, um indivíduo saudável ao ser infectado demora algum tempo, em torno de uma semana, até desenvolver os primeiros sintomas. Ele também pode ficar assintomático e nunca saber se de fato foi infectado ou não. Ao sentir os primeiros sintomas, ele pode considerar que não é nada grave, não procurar o serviço de saúde e ter remissão espontânea. Este momento da epidemia (T1 da Figura) nunca é captado com frequência, exceto em situações em que se faz uma ampla testagem da população (mesmo os saudáveis) ou com a realização de um inquérito sorológico.

¹¹ “Los estudios de caso se llevan a cabo, generalmente, con demasiada flexibilidad, aunque tienen una racionalidad específica: tomar lo distintivo o lo único, que nos permite decir algo más que trascienda eso único” (OROZCO-GOMÉZ; GONZÁLEZ-REYES, 2012, p. 155, no original).

Figura 1. Ciclo de desenvolvimento da covid-19.



Entretanto, se o indivíduo procura os serviços de saúde, ele pode ser identificado como suspeito de ter covid-19 e daí, dependendo de determinados critérios, será realizado o exame que detectará a presença ou não do vírus. Caso o resultado seja positivo, o caso é então notificado à Secretaria de Saúde que o inclui na base de dados da covid-19 e passa a fazer parte das estatísticas de casos confirmados. Este registro tem, portanto, três datas importantes: (a) a **data de notificação**, que é quando o registro de fato é incluído na base; (b) a **data da coleta**, que é o quando o teste foi realizado e (c) a **data dos primeiros sintomas**, que é relatada pelo paciente, quando da procura nos serviços de saúde.

Do ponto de vista do entendimento do comportamento da doença, seria ideal que pudéssemos saber exatamente quando o indivíduo foi infectado, porém, conforme ressaltamos, isso é impossível. Assim, uma vez que não dá para saber a data exata em que o indivíduo foi infectado, a data dos primeiros sintomas passa a ser melhor medida para avaliar a tendência da epidemia, principalmente para detectar se está havendo crescimento ou redução no número de casos diários.

Ocorre que, desde os primeiros sintomas (momento T2 da figura) até a notificação (momento T4) se passa um tempo considerável, podendo chegar a até duas semanas ou mais, dependendo do tempo que se obtém o resultado do teste. Em algumas situações pode acontecer, também, de o caso não ser notificado imediatamente após o resultado do teste, por problemas

relacionados à própria estrutura da vigilância do município ou por problemas técnicos. Assim, pode existir a situação em que vários casos são notificados ao mesmo tempo, em bloco, e este conjunto de dados se refere a casos que têm datas de primeiros sintomas espalhadas ao longo das várias semanas anteriores.

Com os óbitos a situação é mais ou menos parecida. Boa parte dos óbitos por covid-19, quando ocorre já está diagnosticado com a doença, mas pode ocorrer de o diagnóstico ser feito após o óbito. Além disso, mesmo que já esteja diagnosticado e registrado como caso, pode ser que a notificação do óbito ocorra um bom tempo depois de sua ocorrência, pois muitos casos exigem investigação ou mesmo pelo fato de ocorrerem problemas no fluxo da informação desde a ocorrência do óbito até a notificação.

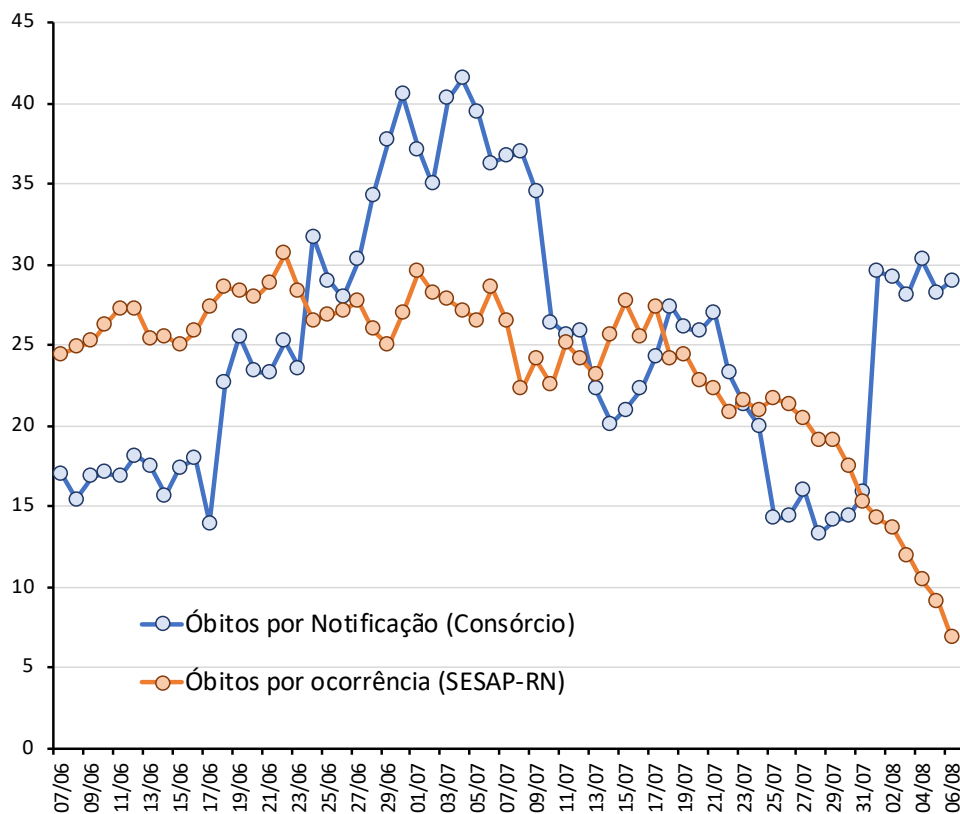
Com estas questões esclarecidas, é fácil entender por que dados expressos por data de notificação são tão diferentes dos dados reportados por data de primeiros sintomas. E é exatamente aí que as metodologias da SESAP-RN e do consórcio de imprensa divergem. O consórcio trabalha a partir do rastreamento dos dados divulgados diariamente por todas as secretarias estaduais de saúde do país, com relação aos registros totais de casos e óbitos e obtém o que se considera como casos novos por dia. Ocorre que estes casos novos, por data de notificação, não refletem a tendência da doença, pois se referem a indivíduos que tiveram início dos sintomas em dias anteriores à notificação.

Para entender melhor, vamos ver um exemplo. Se pegarmos os dados do boletim epidemiológico da SESAP-RN entre 07 de junho de 06 de agosto e fizermos a mesma conta feita pelo consórcio (portanto considerando a data de notificação) teremos a distribuição dos óbitos ilustrada pela linha azul da Figura a seguir (Figura 2). Contudo, quando se considera a data de ocorrência do óbito, temos a linha laranja, onde se observa uma diferença marcante e uma clara tendência de declínio. Observe, por exemplo, os dados do dia 01 de agosto, em que foram notificados 30 óbitos, quando, na verdade, apenas 14 ocorreram naquele dia. Lembrando o que destacamos anteriormente, é possível que houvesse um número significativo de óbitos em investigação e que foram notificados neste dia, porém ocorreram em dias anteriores.

Se considerarmos o critério de estabilização, aumento ou declínio baseado na tendência dos 14 dias anteriores (este é outro problema, em seguida falaremos sobre ele), houve um aumento de 21 óbitos em 24 de julho para 29 óbitos em 06 de agosto. Isso corresponde a um aumento de 45%, estando, portanto, acima de 15%, o ponto de corte para se considerar que as

mortes “estão subindo” segundo o consórcio. Contudo, se pegarmos este mesmo período por data de ocorrência, há declínio de 20 óbitos por dia para 7.

Figura 2. Dados de óbitos segundo fonte de informação, entre 07 de junho de 6 de agosto.



Fonte: SESAP-RN e consórcio de imprensa.

É importante destacar que os dados informados pelo consórcio não estão errados de todo, pois, se observarmos os valores acumulados, há uma coincidência com os dados da SESAP-RN. Contudo, os dados do consórcio estão colocados nas datas erradas e, portanto, não servem para avaliação de tendências.

O problema com o limite de 15% para mais ou para menos nos últimos 14 dias

Segundo o *Portal G1*, o consórcio de imprensa utiliza os seguintes critérios para indicar se os óbitos por covid-19 estão aumentando, diminuindo ou estáveis: (a) média móvel: média de casos ou mortes dos últimos 7 dias; (b) variação: mudança da média móvel nos últimos 14 dias e (c) estabilidade: variações de até 15%, para mais ou para menos.

Com relação aos itens “a” e “b” já temos o problema do uso da data de notificação, apontado anteriormente. O item “c”, no entanto, além de incluir a limitação anterior, usa um critério para o qual não há referências claras na literatura científica. Trata-se de um ponto de corte estabelecido *a priori*, que considera 15% para mais ou para menos como critério de estabilização e tem como base ainda as duas semanas anteriores. Na descrição do método utilizado pelo consórcio, disponível no *Portal GI*¹², é feita uma referência à metodologia utilizada pelo jornal *The New York Times*¹³, o qual propôs uma estratégia similar a do consórcio brasileiro. Na matéria do *The NY Times*, é esclarecida a estratégia do uso dos dados das últimas duas semanas, entretanto não faz referência ao critério dos 15% para mais ou para menos, tampouco é colocada alguma referência da literatura científica. Na matéria do *GI* o uso do parâmetro é assim justificado: “Nessa comparação com a média de 14 dias atrás, os especialistas entendem que variações no número de mortes ou de casos de até 15% para mais ou para menos caracterizam estabilidade da doença nesse período”. Os especialistas são aparentemente os três profissionais entrevistados na matéria os quais, em nenhum momento, apresentam referências para o parâmetro. Em uma busca não exaustiva nas principais bases de dados da literatura científica, não foi encontrado nenhum estudo que utilizasse esse parâmetro. Diversos outros estudos encontrados têm utilizado diferentes estratégias, como *joinpoint regression* (LOBO *et al*, 2020; LIMA; MEDEIROS; BARBOSA, 2020), modelos bayesianos (DANA *et al*, 2020) interpolação binomial (PINTO *et al*, 2020), método de aproximações sucessivas (QASIM *et al*, 2020) ou mesmo a taxa de reprodução, também referida como $R(t)$ ¹⁴. Em nenhum deles é referido o parâmetro de 15% observado nas últimas duas semanas. Ao que parece, trata-se de uma estratégia estabelecida sem referências na literatura e que apresenta importantes limitações.

Assim, ainda que considerássemos a data de notificação, é possível observar na Figura 2 que, após um pico de 42 óbitos em 04 de julho, a tendência geral é de queda, mesmo com uma flutuação para cima bastante visível no início de agosto. Fica claro, portanto, que o Rio Grande do Norte, segundo o consórcio, literalmente entrou em uma fase de crescimento de óbitos apenas pelo fato de ter tido uma alta taxa de notificações em 01 de agosto.

¹² *GI* e telejornais passam a divulgar dados mais detalhados sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. Disponível em <https://glo.bo/31lnlTN>

¹³ Coronavirus in the U.S.: Latest Map and Case Count. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/us/coronavirus-us-cases.html>

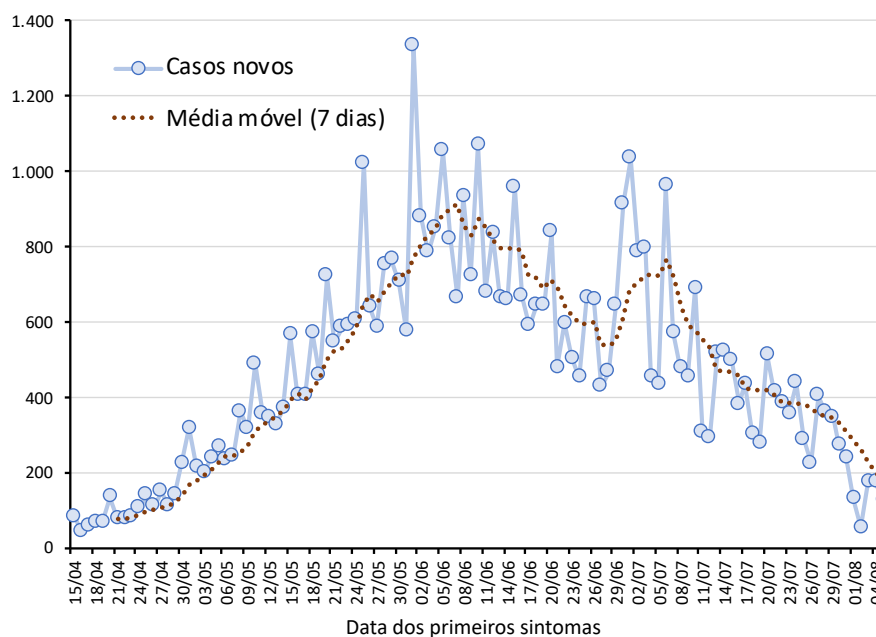
¹⁴ Exemplos em <https://covid.lais.ufrn.br/#taxa-rt> e em <https://flavioovdf.github.io/covid19>.

Portanto, o raciocínio utilizado pelo consórcio tem vários problemas, dentre eles: (a) o limite de 15% é arbitrário, sem referências na literatura epidemiológica; (b) o tempo de 15 dias anteriores é muito curto para verificar tendências e (c) os dados consideram a data de notificação, a qual não é adequada para avaliação de tendências.

A questão da média móvel

Apesar de aparecer como novidade, a média móvel é utilizada há bastante tempo como ferramenta de análise estatística nas mais diversas áreas, como no mercado financeiro, por exemplo. Na área de Epidemiologia, a média móvel é utilizada largamente para verificação de tendências quando os casos têm flutuações muito grandes (LATORRE, 2001). Vejamos um exemplo, a partir da Figura 3 a seguir, que ilustra os casos de covid-19 no Rio Grande do Norte entre 15 de abril e 05 de agosto.

Figura 3. Casos novos de covid-19 no Rio Grande do Norte por data dos primeiros sintomas entre 15 de abril e 05 de agosto.



Fonte: sobre dados da SESAP-RN.

Podemos observar que a linha azul, que mostra os casos, apresenta flutuações muito grandes, podendo ter mil casos em um dia e pouco mais de 600 no dia seguinte. Por conta disso, a avaliação de tendências (para saber se está aumentando ou diminuindo) fica mais difícil. Daí se utiliza a média móvel que é, na prática, a soma do valor dos sete dias anteriores dividido por

sete (linha pontilhada em vermelho). Esta estratégia “suaviza” mais a curva e pode-se, assim, observar melhor a tendência. Nota-se que, pela média móvel, é mais fácil perceber que há um pico dos casos no começo de junho e depois começa a diminuir, depois tem um pico no começo de julho e depois volta a cair.

Assim, ao contrário do que foi também reportado nos meios de comunicação do Rio Grande do Norte, o problema não é da média móvel em si, pois em ambos os casos (consórcio de imprensa e SESAP-RN), ela foi calculada corretamente e utilizada para observar as tendências. O problema, como discutido no item anterior, está no uso da data de notificação.

Como deve ser feito então?

A SESAP-RN e o comitê consultivo para a covid-19 do Estado utilizam a observação dos dados de casos por **data dos primeiros sintomas** e de óbitos por **data de ocorrência**. Isso faz com que tenhamos uma ideia mais precisa da evolução da epidemia, pois se aproxima do momento em que ocorreu a infecção (para os casos) e do momento em que ocorreu o desfecho (para os óbitos).

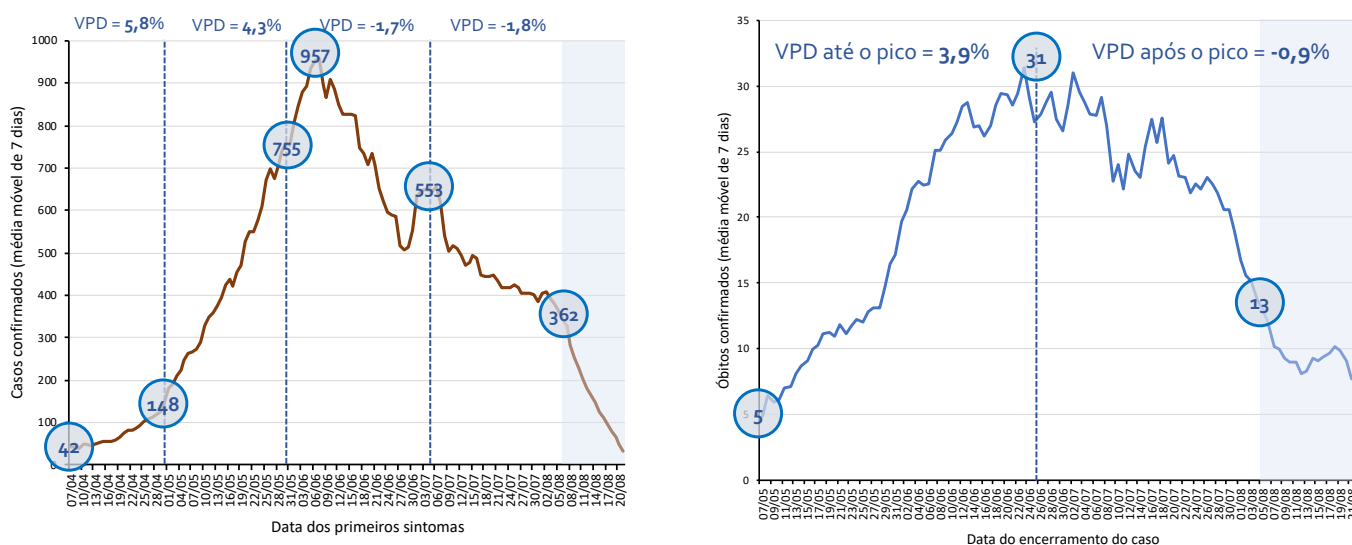
Além disso, utiliza também a média móvel de 7 dias, pelos motivos já expostos anteriormente, no sentido de observar melhor as tendências. Para avaliar a magnitude do crescimento ou declínio, o comitê não utiliza pontos de corte (como o 15% para mais ou para menos), mas procura quantificar a tendência a partir do cálculo da variação percentual diária (VPD). A VPD de um determinado dia para o dia seguinte pode ser calculada a partir da fórmula:

$$VPD = (e^{\beta_1} - 1) \times 100$$

Onde e é a base do logaritmo natural (aproximadamente 2,718) e b é o coeficiente da regressão entre a variável de interesse (os casos novos, por exemplo) e o tempo (no caso, dias). Apesar de o cálculo ser aparentemente complexo, trata-se de um valor de fácil interpretação. A título de exemplo, uma VPD de 5% significa que, no período referido, os casos novos aumentaram em média 5% a cada dia. Quanto menor esse valor, menor é o crescimento na tendência dos casos e, quando esse número é negativo, significa que há uma tendência significativa de queda no período.

A Figura 4 a seguir mostra a tendência de casos e óbitos no Rio Grande do Norte entre o início de abril e o dia 05 de agosto.

Figura 4. Evolução do número de casos (à esquerda) e óbitos (à direita de/por covid-19 no Rio Grande do Norte segundo a data dos primeiros sintomas e de encerramento do caso. Dados ilustrados pela média móvel de 7 dias. A área em destaque corresponde ao período com dados sujeitos à revisão.



Fonte: sobre dados da SESAP-RN.

O cálculo da VPD mostra que houve um crescimento de 5,8% ao dia em abril e, em maio, o crescimento é de 4,3% ao dia. A tendência se mantém ascendente até o dia 07 de junho quando, a partir daí, se inicia uma tendência de declínio. Desde o pico, quando foram contabilizados 957 casos por dia na média móvel semanal, a redução foi -0,9% ao dia, chegando a uma média diária de 362 casos no dia 05 de agosto.

É importante esclarecer a razão pela qual os cálculos de tendência sempre são feitos com a data limite de duas semanas atrás. Tomemos como exemplo a situação em que tenhamos o último dia com dados disponíveis sendo 15 de agosto. Ao longo das semanas seguintes, novos dados chegarão, os quais terão, como data dos primeiros sintomas, os primeiros dias de agosto, portanto estes dados podem mudar. Cálculos feitos pelo comitê utilizando dados de tendência desde o início da epidemia permitiram estimar que os dados de 15 dias atrás sempre sofrem acréscimos mais significativos de modo que, para avaliar se os casos estão aumentando ou diminuindo, sempre são desconsiderados os dados das últimas duas semanas. Assim, a estimativa para a tendência no dia 15 de agosto inclui os dados apenas até 30 de julho.

Com relação aos óbitos, até o dia 22 de junho, quando ocorreu o pico máximo de óbitos diários (31 óbitos), o crescimento foi de 3,9% ao dia. Em seguida, há uma tendência lenta de queda até 05 de agosto, com -0,9% ao dia.

Em síntese, podemos afirmar que o Rio Grande do Norte apresenta um perfil de declínio no número de casos e de óbitos diários. Esta tendência se inicia em 07 de junho para os casos e em 22 de junho para os óbitos. Deve-se ressaltar, entretanto, que se trata de um ritmo de declínio ainda muito lento e não completamente sustentado.

Além disso, embora se observe esta queda na média diária de casos e óbitos, é importante destacar que este perfil é distinto para algumas regiões e mesmo alguns municípios. Em outras palavras, a epidemia tem momentos diferentes em todo o território do estado. Um caso ilustrativo é a região do Seridó (onde se encontra a 4ª. Região de saúde) que, nos primeiros meses, apresentou uma tendência muito baixa nos casos e óbitos e passou a apresentar tendência de aumento apenas mais recentemente. É fundamental destacar, também, que a média atual de casos e óbitos ainda é muito alta, bem acima dos valores encontrados nos meses iniciais da epidemia.

Finalmente, embora os impactos da epidemia sejam visíveis no cotidiano de todos, os quase 60 mil casos confirmados até 21 de agosto representam cerca de 1,7% da população do Estado. Mesmo considerando a subnotificação, que é comum em todo o país, o contingente de indivíduos susceptíveis ainda é muito alto e o vírus ainda está circulando. A possibilidade de termos uma reversão da tendência de queda dos casos e óbitos é bastante plausível.

Considerações finais

Este artigo tentou aprofundar o debate sobre as implicações que um tema emergente e grave como a pandemia por covid-19 traz para a ciência, em particular para a Epidemiologia e Saúde Coletiva e o jornalismo. Utilizou, como caso, a divergência na forma de divulgação dos dados de tendência da covid-19 pelo Consórcio de Veículos de Comunicação e a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN). Tentamos demonstrar que a maneira como o consórcio trata os dados está equivocada e isto tem implicações importantes para o modo como a pandemia está sendo enfrentada no Brasil, tendo em conta a completa ausência de direção para este enfrentamento por parte do Ministério da Saúde.

Em 1988, uma peça publicitária de TV do *Jornal Folha de S. Paulo*¹⁵ mostrava inicialmente pequenos pontos pretos na tela e uma narração ao fundo falava de uma pessoa com palavras elogiosas do tipo “este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho ao seu povo”. A narração continua descrevendo os feitos do suposto

¹⁵ Conferir em <https://bit.ly/2Qbpmvd> acesso em 20 agosto de 2020.

personagem à medida em que a imagem vai se distanciando e os pontos pretos se tornam a figura de Adolf Hitler. Em seguida, como mensagem final, o narrador advertia: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade”. Todos os feitos narrados no comercial eram verdadeiros, mas, colocados fora de um contexto, passariam uma imagem bastante positiva de Hitler, a qual, todos sabemos, não é verdadeira.

Portanto, com base na mesma metáfora da peça publicitária que preconiza a responsabilidade social do jornalismo, não se trata de “desmentir” o consórcio, pois, em tese, seus dados são reais. O problema, porém, é que são tratados de maneira equivocada com o risco de poder confundir a percepção da população sobre a epidemia. Tampouco se busca julgar a intencionalidade dos órgãos de imprensa, mas colocá-la na perspectiva de construção de uma agenda que, obviamente, lhe interessa que é o de informar com qualidade e precisão à sociedade.

Num contexto de infodemia,¹⁶ a informações produzidas em volume exponencial também podem produzir um efeito de enfermidade sobre a população gerando dúvidas, incertezas e ansiedades. O público fica diante do problema sobre qual “verdade” escolher, principalmente em se tratando de acontecimentos do tipo acidente-limite como o caso dos óbitos por covid-19 (RODRIGUES, 1999). “Percebe-se as grandes dificuldades apostas ao direcionamento coordenado da sociedade por meio de informações, já que pastiches pseudo-científicos destas versões proliferam em ritmo frenético conjugadas à vacuidade de informações oficiais.” (VASCONCELOS-SILVA; CASTIEL, 2020, on line). A disputa de narrativas que governos estaduais e a própria imprensa enfrentam pela ausência de referências centrais pode colocar em descrédito a própria produção qualificada ofertada pelo jornalismo, por causa do viés da interpretação dos dados. Assim, a própria iniciativa do consórcio de imprensa, diante das ações deliberadas de ocultar informações do Governo Federal, transforma-se em acontecimento jornalístico. A notícia, como acontecimento, é um produto real, mas não pode ser confundida com a própria realidade (acontecimento) do qual ela é um referente (BARROS FILHO, 2003). Sendo, desta maneira, uma das formas de representar a realidade dos óbitos por Covid-19, a notícia pode entrar em conflito com outra forma de representar essa realidade das mortes, que são as fontes primárias dos boletins epidemiológicos. Enquanto a notícia pode ser

¹⁶ OPAS. Entendendo a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 – Folheto informativo n.5 – Mais informações sobre a COVID-19, 2020. Disponível em https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=14 acesso em 21 ago. 20.

um “antídoto” contra atos de lesa-informação promovidos pelo Governo Federal, também pode “envenenar” a compreensão dos dados produzidos pelas secretarias estaduais de saúde.

É fato que a produção noticiosa da cobertura nacional da covid-19 consolidou o tema na agenda pública brasileira e internacional (McCOMBS, 2009). Todavia, rever a forma de divulgação dos dados de tendência da covid-19 pelo consórcio de veículos de comunicação fortaleceria a imagem da notícia produzida como uma representação social da realidade (ALSINA, 1999), fato que teria maior efeito contra a infodemia e evidenciaria às contradições das ações do governo federal. Portanto, o jornalismo estaria cumprindo seu papel como forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997) de revelar e interpretar dados sobre a tendência da covid-19 de forma diferente dos boletins científicos, mas com eficiência para equacionar a visão da sociedade sobre o problema, subsidiando um efetivo controle social sobre as ações governamentais no enfrentamento da pandemia.

Referências

ALSINA, Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

BACHELARD, Gaston. A “novidade” das ciências contemporâneas. IN: _____. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

DANA, S.; SIMAS, A. B.; FILARDI, B. A.; RODRIGUEZ, R. N.; VALIENGO, L. C. L.; GALLUCCI-NETO, J. **Brazilian Modeling of COVID-19(BRAM-COD): a Bayesian Monte Carlo approach for COVID-19 spread in a limited data set context**. Disponível em <https://bit.ly/32qZnWG>. Acesso em: 19 ago. 20.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Editora Unesp, 1991.

HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 256-268, 2018. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.796. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/796>.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: os sentidos de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª Ed., Lisboa: Vega, 1999, p. 52-60.

LATORRE, M. R. O.; CARDOSO, M. R. A. Análise de séries temporais em epidemiologia: uma introdução sobre os aspectos metodológicos. **Rev. Bras. Epidemiol.** vol. 4, Nº 3, 2001.

LIMA, K. C.; MEDEIROS, A. A.; BARBOSA, I. R. Análise da tendência de casos e óbitos por Coronavirus Disease-2019 (COVID-19) nos principais países afetados e no Brasil: uma análise dos primeiros 50 dias da pandemia. **J. Health Biol Sci.** 2020;8(1):1-5.

LOBO, A.P.; CARDOSO-DOS-SANTOS, A. C.; ROCHA, M. S.; PINHEIRO, R. S.; BREMM, J. M.; MACÁRIO, E. M.; OLIVEIRA, W. K.; FRANÇA, G. V. A. COVID-19 epidemic in Brazil: Where are we at? **International Journal of Infectious Diseases**. 97 (2020) 382-385.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. **Bocc** – Biblioteca on line de ciências da comunicação. Covilhã, PT: UBI, 1997, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em: 10 ago. 20.

MICK, Jacques. Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. **Política & Sociedade**, vol. 18, Nº 43, Set./Dez. de 2019, p. 242-260. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n43p242>

OROZCO-GOMÉZ, Guillermo; GONZÁLEZ-REYES, Rodrigo. **Una coartada metodológica**. Abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias. México, D.F.: Tintable, 2012.

PARK, Robert. As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento. In: ESTEVES, João P. **Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 35-48.

PEIRCE, Charles S. A fixação da crença. **Popular Science Monthly** 12 (November 1877), pp. 1-15. (tradução de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior) Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-peirce-how-to-make.pdf> Acesso em: 19 ago. 20.

PINTO, A.S.; SANTOS JÚNIOR, E. G.; RODRIGUES, C. A.; NUNES, P. C. M.; CRUZ, L. A.; COSTA, M. G. R.; ROCHA, M. O. C. Covid-19 growth rate analysis: application of a low-complexity tool for understanding and comparing epidemic curves. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. v. 53: (e20200331): 2020.

QASIM, M.; AHMAD, W.; YOSHIDA, M.; GOULD, M.; YASIR, M. Analysis of the Worldwide Corona Virus (COVID-19) Pandemic Trend; A Modelling Study to Predict Its Spread. **Pré-Print** disponível em <https://doi.org/10.1101/2020.03.30.20048215>.

RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª Ed., Lisboa: Vega, 1999, p. 27-33.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª Ed., Lisboa: Vega, 1999, p. 278-293.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**, Vol. 1, No 1 (2007), p. 15-26.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João P. **Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 91-104.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo R.; CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 7 [Acessado 17 Agosto 2020] , e00101920. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101920>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101920>.

VERON, Eliseo. As mídias na recepção: os desafios da complexidade. In: **Fragmentos de um Tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, p. 273 -284.

Declaração de conflito de interesse

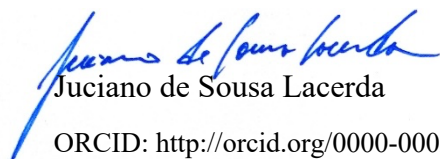
Nós, **Angelo Giuseppe Roncalli** e **Juciano de Sousa Lacerda**, declaramos não haver conflitos de interesse no artigo intitulado “*Jornalismo como forma de conhecimento: a questão da divergência dos dados de tendência da covid-19 divulgados pelo consórcio de imprensa e pela SESAP-RN*”.

Natal, 24 de agosto de 2020.



Angelo Giuseppe Roncalli

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5311-697X>



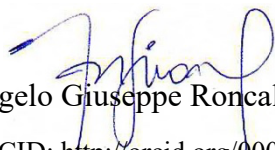
Juciano de Sousa Lacerda

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0876-377X>

Declaração de contribuição dos autores

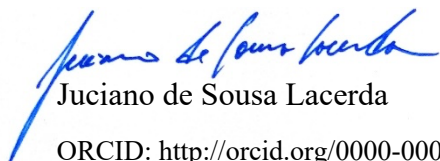
Nós, **Angelo Giuseppe Roncalli** e **Juciano de Sousa Lacerda**, autores do artigo intitulado “*Jornalismo como forma de conhecimento: a questão da divergência dos dados de tendência da covid-19 divulgados pelo consórcio de imprensa e pela SESAP-RN*”, declaramos que ambos os autores foram responsáveis pela concepção do trabalho, revisão de literatura, escrita e revisão do texto do artigo.

Natal, 24 de agosto de 2020.



Angelo Giuseppe Roncalli

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5311-697X>



Juciano de Sousa Lacerda

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0876-377X>